



Câmara Municipal de Curitiba

PROPOSIÇÃO Nº 005.00141.2023

Os Vereadores **Jornalista Márcio Barros e Sargento Tania Guerreiro**, no uso de suas atribuições legais, submetem à apreciação da Câmara Municipal de Curitiba a seguinte proposição:

Projeto de Lei Ordinária

EMENTA

Estabelece sanções administrativas às imobiliárias que intermediarem a compra e venda ou a locação de imóveis de propriedade do Município de Curitiba ocupados irregularmente por particulares.

Art. 1º Ficam as imobiliárias que intermediarem a compra e venda ou a locação de imóveis de propriedade do Município de Curitiba ocupados irregularmente por particulares sujeitas às seguintes sanções administrativas, sem prejuízo de eventual responsabilização nas esferas cível e criminal, aplicadas sucessivamente:

I - multa de R\$2.000,00 (dois mil reais), aplicada em dobro no caso de reincidência;

II - suspensão do alvará de funcionamento pelo prazo de 30 (trinta) dias, após a reincidência;

III - cassação do alvará de funcionamento.

Art. 2º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Rio Branco, 12 de julho de 2023

Ver.Jornalista Márcio Barros

Verª.Sargento Tania Guerreiro

Justificativa

Para evitar futuros problemas legais e administrativos que gerem gastos para o executivo municipal, é fundamental que a imobiliária e seus funcionários tenham extrema cautela nas transações e contratos, levando em consideração os inúmeros detalhes envolvidos. Portanto, é necessário garantir que todas as ações estejam em conformidade com a lei, a fim de evitar inconvenientes. De acordo com o departamento de fiscalizações do patrimônio, existem inúmeros imóveis do poder público que são ocupados por terceiros irregulares, e é inadmissível que imobiliárias sediadas nesta cidade coloquem a venda e a locação imóveis públicos ocupados irregularmente por particulares, popularmente denominado de "invasão".

Desse modo, não obstante possível responsabilização civil e criminal, impõe-se mais mecanismo de sanção administrativa as imobiliárias de forma a coibir tal conduta e resguardar o patrimônio público.